



Tempo na Escola

Marcelo Neri

O acesso universal à escola constitui um dos principais anseios da sociedade. A estatística de cobertura escolar separa, de maneira discreta, os alunos matriculados dos evadidos. O suplemento educacional da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) permite enxergar as gradações entre estes dois extremos, utilizando informações das faltas e da jornada escolar para medir o efetivo tempo dos alunos na escola. Por exemplo, é verdade que apenas 2,5% das crianças de sete a 14 anos estão fora da escola. Agora isto não significa que o problema de evasão escolar nesta faixa etária esteja superado. Há outro tipo de evasão entre os matriculados. O déficit do tempo na escola

sobe para 17,7% quando consideramos as faltas e a jornada escolar insuficiente.

A questão da cobertura escolar vai além da variável se a criança frequenta, ou não, a escola. É preciso saber a extensão do tempo na escola e seus determinantes próximos. As perguntas-chave são: quantas horas você dedica, na prática, todos os dias aos estudos no colégio; por que o tempo efetivo é pequeno; você falta muito; a jornada escolar oferecida é pequena; ou você não está matriculado na escola. Estas indagações são respondidas diretamente pelas crianças, adolescentes ou por seus pais, os principais protagonistas da educação nossa de cada dia.

Causas

Medimos onde os alunos estão perdendo mais tempo de escola, como se usássemos um cronômetro: pela baixa proporção de dada faixa de idade escolar dos alunos matriculados; pelo índice de presença nas aulas; ou pela extensão da jornada oferecida pela escola. O tempo na escola resulta da multiplicação de três índices: matrícula escolar — a proporção de pessoas matriculadas na escola; presença escolar — proporção de dias de aula aproveitados pelos matriculados; e jornada escolar — extensão das horas diárias dedicadas às aulas. Na faixa de zero a 17 anos de idade, o índice matrícula correspondia a 0,758 (i.e., 24,2% de evasão escolar) multiplicado pelo ín-

Medimos onde se ganha tempo na escola: o produto das matrículas, presença e jornada é 3,26 horas diárias por pessoa em idade escolar

dice de presença de 0,952 (i.e., 4,48% de dias de aula perdidos) e pelo desvio da jornada 0,905 (i.e., 9,54% abaixo da jornada padrão de cinco horas o que dá quatro horas e meia diárias de jornada prevista). Ou seja, se não houvesse faltas e a jornada escolar fosse cinco horas diárias, o índice de permanência na escola seria de 0,758 contra 0,653 na prática quando se computa absentismo e a extensão da grade de aulas. Cada criança até 17 anos de idade perde 14% de tempo na escola em decorrência da baixa jornada fixada e das faltas. Elas ficam 18,5% de cada dia, já descontadas oito horas de sono na escola, algo como 3,26 horas diárias na escola. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) fixa o mínimo de quatro horas de aula por dia com um máximo de 25% de faltas.

Na faixa entre 15 a 17 anos a perda relativa de tempo efetivo na escola por causa das faltas e da jornada escolar insuficiente é mais comedita, pois a perda por falta de matrícula já é particularmente alta. O déficit de matrículas está 15,8 pontos de porcentagem acima da meta de evasão de 2%. Entre as crianças de sete a 14 anos de idade, a redução de faltas e a ampliação da jornada são, relativamente, mais importantes, ao passo que na faixa de 15 a 17 anos de idade, o desafio maior é o aumento de matrículas.

O *site* da pesquisa www.fgv.br/cps/tpe permite, através de bancos de dados interativos, explorar os diferentes componentes do tempo na escola em diversas idades classificadas por atributos sociodemográficos. Por exemplo, as meninas que já são mães dos 15 a 17 anos de idade têm um tempo de permanência na escola de cerca de um quarto das demais pela soma de fatores (0,87 contra 3,6 horas diárias das demais). Na faixa de sete a 14

anos, recordista de matrículas, os estados campeões em cada categoria são: Santa Catarina (1% de evasão), Amazonas (4,2% de faltas) e Distrito Federal (1,3% de insuficiência de jornada). O maior tempo de permanência na escola é encontrado no Distrito Federal onde cada criança fica efetivamente 4,7 horas diárias na escola o que é muito pouco. O tempo de permanência na escola aberto por diferentes anos de idade vai de sete minutos diários no primeiro ano de vida nas creches para 4,27 horas diárias aos 11 anos e, então, reduzindo-se desta faixa em diante até atingir o número de 3,18 horas diárias aos 17 anos de idade.

A comparação entre 2004 e 2006 permite-nos calcular a evolução do tempo de permanência na escola e de seus componentes: até os 17 anos o índice de matrícula sobe 2,13%. Já o tempo de permanência na escola sobe 4,57% também impulsionado pela mudança de 1,3% e 1,08%, respectivamente, a presença e a jornada escolares. Ou seja,

Tempo de permanência na escola				
Faixas etárias	Tempo de permanência na escola*	Índice de matrícula	Índice de presença	Índice de jornada
0 a 17 anos	3,26	0,76	0,95	0,90
4 a 17 anos	3,86	0,90	0,95	0,90
0 a 6 anos	1,86	0,43	0,94	0,92
7 a 14 anos	4,19	0,98	0,96	0,90
15 a 17 anos	3,54	0,82	0,95	0,91

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Suplemento PNAD 2006/IBGE

*Em horas-dia

apesar do tamanho percebido do problema de acesso à escola tende a aumentar à medida que passamos da análise da matrícula para o conceito mais amplo de tempo na escola. Por outro lado, as mudanças recentes foram mais positivas para o último.

Consequências

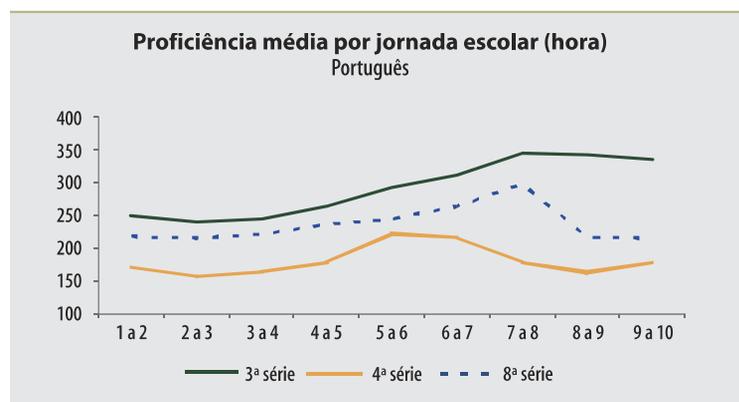
Os padrões de correlação sugerem que as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) entre Unidades da Federação são positivamente correlacionadas com o tempo na escola. Esta relação se dá por influência da extensão da jornada escolar, e não da matrícula ou da presença escolares. Além de impactar o desempenho escolar, a escolha da jornada é objeto da política educacional. Os microdados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) também demonstram relação entre jornada e desempenho escolar positiva, mas há taxas decrescentes, traduzida na curva em forma de sino do gráfico. O pico da nota por horas de jornada aumenta quando se move para séries mais avançadas sugerindo maior resistência de alunos mais velhos diante de jornadas mais longas. Na 4ª série o pico se encontra entre cinco e sete horas diárias. Já na 8ª série e 3ª série do ensino médio, a nota média mais alta é encontrada entre sete e oito

horas de jornada diária de estudo.

Em suma, medimos para todas as crianças e adolescentes brasileiras — e não só para aquelas que estudam — como se segurássemos um cronômetro: quantas horas por dia assistem aulas e se frequenta a escola. Àqueles que frequentam, captamos a extensão da jornada oferecida pela escola bem como as faltas dos alunos. O tempo na escola sintetiza tudo isso em termos das horas diárias que as pessoas em idade escolar dedicam, em média, às aulas: 2,95 horas-dia. Este tempo na escola é mais do que uma curiosidade numérica. Como quase 80% das diferenças de proficiência escolar são explicadas por variáveis de *background* familiar. Apenas 20% são associadas às variáveis de política educacional, dentre elas o caráter público ou privado da escola, a qualificação dos professores, o tamanho da classe e a extensão

Das crianças de 7 a 14 anos, 2,4% não estão na escola. Este déficit sobe para 17,7% pelas faltas e jornada escolar insuficiente

da jornada escolar são aquelas que apresentam algum poder preditivo sobre o aprendizado dos alunos. De todas as variáveis, a jornada escolar talvez seja aquela mais sob o controle direto das políticas educacionais. O artigo de Naércio Menezes e Jacqueline Oliveira apresentado na Sociedade Brasileira da Econometria (SBE) de 2008, mostra, lidando com



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Saeb/Inep/MEC

o problema de endogenidade para 4ª série em São Paulo, que o ganho de uma hora de jornada-escolar produz em termos da nota dos exames de proficiência cerca de 25% de um desvio-padrão das notas.

Numa época em que o número de crianças e adolescentes em idade escolar vem caindo, pode-se aproveitar a menor quantidade para proporcionar uma maior qualidade na educação. À luz dos resultados encontrados, defendo um aumento da jornada escolar mínima da Lei de Diretrizes Básicas (LDB) do ensino de quatro para cinco horas diárias. O aumento da jornada mínima de uma hora produziria cerca de um sexto das mudanças de qualidade de educação necessárias para atingir as auspiciosas metas educacionais traçadas para 2022. 

Economista-chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE, da EPGE e da Rede da Fundação Getúlio Vargas (mcneri@fgv.br)

Este artigo faz parte de projeto feito em parceria entre o movimento Todos Pela Educação, a Fundação Educar Dpaschoal, o Instituto Unibanco e a Fundação Getúlio Vargas. Agradecemos o apoio do Inep do Ministério da Educação através da Rede — Rede de Estudos de Desenvolvimento Educacional — da Fundação Getúlio Vargas. Esta pesquisa complementa a anterior intitulada Motivos da Evasão Escolar disponível em www.fgv.br/cps/tpemotivos.

Seminário metas de educação

Visando incrementar o debate em torno das metas educacionais, o Centro de Políticas Sociais realizou seminário sobre o tema com a participação de estudiosos, gestores públicos e privados. O debate foi impulsionado por artigos acadêmicos produzidos no âmbito da recém-criada Rede de Estudos de Desenvolvimento Educacional (Rede) da Fundação Getúlio Vargas, abordando possíveis implicações de políticas públicas da pesquisa, buscando conectar diagnósticos a ações práticas. Outro objetivo foi discutir a agenda de pesquisas na área, listando respostas desconhecidas e perguntas não formuladas.

A proposição de metas de educação talvez seja a ideia mais inovadora de política social dos últimos anos. As metas guardam a promessa de motivar, dar transparência a resultados e coordenar a ação de uma miríade de atores sociais na recuperação do secular atraso escolar brasileiro. Foram apresentados trabalhos de pesquisadores da FGV e de outras instituições todas transmitidas ao vivo pela internet. O seminário perseguiu duas questões-chave: discutiu a lógica, limitações e possíveis extensões de um sistema de metas educacionais; e como cumprir na prática o desafio das políticas educacionais necessárias para atingir essas metas. Foram debatidas ações pelo lado da oferta de educação, tais como métodos estruturados de ensino e descentralização (André Portela e Carolina Leme), o papel de insumos educacionais (Enlison Matos) bem como o papel das próprias metas para atingir as metas (Fernando Abrúcio), diminuição no tamanho das turmas (Naércio Menezes), aumento de salários dos docentes (Samuel Pessoa e Fernando Holanda Filho) entre outros. Discutiu-se também a qualificação da demanda por educação por parte dos alunos e de seus pais (Marcelo Neri). Além disso, Vladimir Ponczek mostrou os impactos surpreendentes de programas de Alfabetização de Adultos sobre o salário dos egressos. O seminário revelou a existência de massa crítica de pesquisas em educação no âmbito da FGV que é estratégica para entender o que o Brasil precisa para reduzir desigualdades e crescer. Este campo de pesquisa é fundamental para a própria FGV, instituição historicamente voltada para educação. O evento contou com a participação de Fernando Haddad, ministro da Educação; Reynaldo Fernandes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Maria Helena Castro, ex-presidente do Inep e ex-secretária de Educação do Estado de São Paulo; Cláudia Constin, secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro; e Priscila Cruz, diretora-executiva do Movimento Todos Pela Educação. O vídeo do seminário está disponível em www.fgv.br/cps/metlas.